



# Anais da Assembleia

Nº 20

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 26 DE MARÇO DE 1980

ANO VI

## 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 18ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 1.980.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Palácios.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes; achando-se ausentes os Senhores Deputados Fuad Nacli, Aguinaldo Pereira Lima, David Federmann, Del Ciel, Francisco Escorsin, João Elísio, José Domingos Scarpelini, Luiz Alberto Oliveira e Túlio Zanchet (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, não quero ser o guardião da moral desta Casa, mas a ata está totalmente incorreta, Sr. Presidente, como sói normalmente acontecer quanto ao aspecto da presença dos Srs. Deputados.

Temos assistido, e da Casa é testemunha que, nos últimos dias, constantemente as sessões encerram-se por falta de número regimental apropriado.

Sr. Presidente, acredito que na correção da ata dever-se-ia constar o nome dos Srs. Deputados que se fazem ausentes às sessões.

Não é possível constar vagamente a expressão "por falta de número legal", porque, Sr. Presidente, a Casa está pagando, perante a opinião pública, um pesado ônus, pela ausência constante de sempre os mesmos Srs. Deputados que aqui não comparecem, e, pela recíproca ser verdadeira, de sempre os mesmos aqui comparecerem, terem de suportar este ônus perante a opinião pública.

Ontem, Sr. Presidente, Vossa Excelência é testemunha que, ao presidir a sessão, por duas ocasiões foram feitas chamadas nominais, e constatado, na primeira, número legal; após a verificação de "quorum" não se deu o número legal para votação; apenas, para continuidade da sessão.

Assim, Sr. Presidente, requeiro que Vossa Excelência consulte o Sr. Secretário da Casa, que tem as presenças anotadas, que faça constar da ata que se discute, quais os Senhores Deputados que faltaram. E peço mais, Sr. Presidente, que determine à Secretaria da Mesa, para que conste, no caso de

chamada nominal, quais os Srs. Deputados faltantes.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Será anotada a solicitação de Vossa Excelência.

Em discussão a ata. Encerrada a discussão. Em votação. —

Aprovada.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Gostaria que Vossa Excelência desse como aprovada a ata com as ressalvas formalizadas pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Já decidi que será anotado e retificado.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### CONVITE:

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, Vereador DONATO GULIN, tem o prazer de convidar os Senhores Parlamentares e Digníssimas Famílias, para assistirem a Sessão Solene comemorativa ao Aniversário da Cidade, oportunidade em que serão outorgados os títulos de "Vulto Emérito de Curitiba" às seguintes personalidades: JURIL DE PLÁCIDO e SILVA CARNASCIALI, MARIA NICOLAS, ARYON CORNELSEN e JAIME LERNER.

—Ao conhecimento da Casa.

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja feito veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, no sentido de tomar medidas enérgicas contra freqüentes roubos de café em nosso Estado, particularmente na região produtora do produto. Em decorrência, poderemos ter uma paralisação total dos transportes rodoviários de café beneficiado, acarretando enormes prejuízos a todo o setor, com extensão à própria exportação do produto, através do nosso corredor de exportação.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1.980.

(a) VALDUGA.

#### JUSTIFICATIVA:

De acordo com informações obtidas, cerca de 2.637 sacas de café foram roubadas de veículos carregados que se destinavam ao Porto de Paranaguá e posteriormente, esses mesmos veículos foram encontrados abandonados. Donde se conclui: existe uma quadrilha organizada, o que vem inquietando o Centro do Comércio do Café e provocando insegurança na área dos produtores. Nossos cafeicultores em função da inusitada escala de violência de que têm sido vítimas, particularmente, no norte paranaense, concitam as autoridades do Estado a tomarem uma medida preventiva, pondo agentes de segurança nos principais setores de coletas do produto, evitando que se repitam esses atos de rapinagem.

Se não bastasse os problemas naturais por que passam os nossos cafeicultores, ainda nos surgem problemas dessa ordem, que nos constroem e nos levam a acreditar estejamos atravessando a fase de vandalismo em nosso Estado, devendo tais fatos serem coibidos o quanto antes, para que encontremos o caminho do desenvolvimento geo-econômico do Estado do Paraná.

##### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições

regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, de um VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao Município de UNIÃO DA VITÓRIA, pela passagem, no próximo dia 27, dos seus 90 anos de emancipação política.

Outrossim, requer ainda, se dê ciência da decisão da Casa ao Senhor Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo Paranaense, cumprimente a laboriosa população daquele progressista município.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1.980.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

#### JUSTIFICATIVA:

Queremos nesta oportunidade homenagear, através da Assembléia Legislativa do Estado, a laboriosa população de União da Vitória que comemora com júbilo os seus 90 anos de existência politicamente emancipada.

Fundada pelo Coronel AMAZONAS DE ARAÚJO MARCONDES, um verdadeiro bandeirante, que lançou as sementes do desenvolvimento da região, implantando o sistema de transporte a vapor, promovendo com seu pioneirismo um surto de progresso incomparável, motivando o Governo, através do Decreto nº 54, de 27 de março de 1.890, a elevar a então Freguesia de Porto União da Vitória à categoria de Vila, e pelo Decreto nº 55, do mesmo dia, mês e ano, passou à categoria de município, desmembrado do Município de Palmas.

Em 1.895, JOSÉ CLETO DA SILVA, fundou a primeira escola primária e o primeiro internato. Dez anos mais tarde, os trilhos da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, atingiam a cidade, sendo inaugurada a primeira Estação Ferroviária.

União da Vitória, situada na zona fisiográfica do Irati, sua sede urbana encontra-se à altitude de 752 metros, tendo o município uma área de 780 km<sup>2</sup> e seu clima é temperado, com ocorrência de geadas frequentes no inverno.

O desenvolvimento da cidade, através dos anos, pela iniciativa privada, exigiu em contrapartida esforços concentrados das administrações municipais, com execuções de obras de infra-estrutura que objetivam dar melhores condições de vida a seu povo.

Com orgulho me considero filho de União da Vitória, onde tive a honra de ser consagrado nas urnas pelo brioso povo desde o longínquo ano de 1.946, quando fui eleito vereador pelo PTB; Prefeito duas vezes, gestões 1.951/1.954 e 1.964/1.968, Vice-Prefeito em 1.974 e Deputado Estadual por cinco legislaturas.

União da Vitória, além da atração monumental de seu projetor, o SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, edificado no ponto mais alto, conta com numerosas agências bancárias proporcionando à grande região e ao município um sistema de crédito que vem impulsionando o sempre acelerado crescimento das dezenas de indústrias de grande porte e centenas de outras de médio-porte, bem como o seu comércio e amparando decisivamente as atividades agro-pastoris.

Na área da educação e cultura, União da Vitória conta com um excelente sistema, possui em sua sede várias escolas de primeiro grau, uma escola técnica de comércio, uma escola normal e duas faculdades, possuindo no interior do município uma bem montada rede de ensino, atendendo às necessidades da população escolar.

Com sua população essencialmente religiosa, União da Vitória conta com inúmeros templos que proporcionam a seu povo a necessária assistência espiritual. Conta, ainda a cidade, com duas emissoras de rádio e três jornais, veículos de comunicação que muito contribuíram e contribuem para a formação de uma opinião pública sadia e ordeira.

A força polarizadora do primitivo entreposto de Nossa Senhora da Vitória, atual União da Vitória, é um fato incontestável.

Possuindo funções definidas como centro de comercia-

lização, entreposto de primeira ordem, entroncamento rodoviário estratégico, com estrada asfaltada que se aproxima de São Mateus do Sul, pela BR-476 ligando-o ao Sudoeste do Estado pela BR-280 e ao Sul do País pela BR-153 - Transbrasiliana.—

Com abundante energia elétrica gerada pela usina de Salto Grande do Iguaçu, hoje interligada ao Estado através da COPEL, projeta o município na vida econômica do Estado com um "rush" industrial que, aliado à modernização de sua agricultura e pecuária e somados com o esforço da população formou-se uma das principais bacias leiteiras do Paraná, estimulando o pequeno proprietário rural e fixando o homem à terra como meta de valorização humana.

Está, portanto, de parabéns a valorosa população de União da Vitória, a qual saúdo efusivamente pelo feliz evento.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao jornal O CORREIO DE NOTÍCIAS, voto de solidariedade pela coragem e pela independência com que vem conduzindo o trabalho jornalístico.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1.980.

(a) FIORI LUIZ.

#### JUSTIFICATIVA:

Dentro da sua nova fase, o jornal CORREIO DE NOTÍCIAS mostrou ao Paraná que ainda é possível fazer jornalismo sem medo.

A reportagem sobre a guerrilha no Paraguai, foi um furo nacional. Serviu para desnudar, mais uma vez, o ditador Stroessner, que há mais de vinte anos subjuga o povo com um regime altamente repressivo.

A reportagem de hoje (26 de março de 1.980) desmascara os agentes do 12.º Distrito Policial de Curitiba, autores da morte do motorista de ônibus, Francisco Ferreira Marques.

Quantos crimes já não foram praticados pela própria polícia e cujos processos foram arquivados? E a segurança do povo?

O jornal "Correio de Notícias", corajosamente, revela nomes e aponta a polícia como agente do crime.

É preciso que a imprensa tenha independência para apontar culpados e ao mesmo tempo alertar as autoridades, principalmente a Secretaria da Segurança Pública, que o povo já batizou de "Secretaria de Insegurança Pública".

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Regime Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata, VOTO DE APLAUSO ao Doutor CLEVERSON MARINHO TEIXEIRA, Superintendente do I.N.P.S., no Paraná.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1.980.

(a) WILSON FORTES.

Apoio: Gabriel Manoel, Augusto Carneiro, David Chierigate, Aguinaldo Pereira Lima, Jurandir Messias, Pinto Dias, João Mansur, Palácios, Ezequias Losso, Ailton Cordeiro, Del Ciel, Rosário Pitelli, Tércio Albuquerque, Cyro Martins, Ruben Valduga, Nelson Buffara, Leônidas Chaves, Renato Bueno e Erondy Silvério.

#### JUSTIFICATIVA:

O Doutor CLEVERSON MARINHO TEIXEIRA, desde a data em que assumiu o cargo de Superintendente do I.N.P.S., no Paraná, tem demonstrado todo seu empenho e capacidade, visto suas decisões tomadas para a solução dos problemas sociais, mais acentuadamente no melhoramento de atendimento

Curitiba, quarta, 26/03/80.

e assistência a seus contribuintes. Essa demonstração de conhecimento e trabalho, também se reflete quando de suas inúmeras viagens ao interior do Estado, onde procura dar maior atendimento e corrigir possíveis irregularidades, principalmente nos pequenos municípios, procurando levar maiores benefícios, com a criação de postos de atendimento em quase todo o Estado paranaense.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Dr. Renato Johnsson, Secretário de Estado do Interior; ao Dr. Douglas Souza Luz, Presidente da SANEPAR, solicitando dessas autoridades providências imediatas no sentido de determinarem, através dos órgãos e departamentos competentes, a instalação de rede de **distribuição de água, energia e iluminação pública** na localidade RINCÃO SÃO FRANCISCO (Parque Residencial Morumbi II) no Município de Foz do Iguaçu, conforme solicitação dos moradores do respectivo bairro, através de justificativa e abaixo assinado anexo ao presente.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1.980.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. Afonso Lopez Trujillo, Presidente do Conselho Episcopal Latino Americano - CELAM - manifestando o profundo pesar do povo paranaense pelo brutal atentado que provocou a morte do Arcebispo de El Salvador, D. Oscar Arnulfo Romero, em mais um episódio de sofrimento do povo latino-americano em sua luta de libertação, assim como expressando o repúdio de todo o Paraná por mais esta violência.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1.980.

(a) FIORI LUIZ.

#### JUSTIFICATIVA:

A igreja católica, tanto em Medellin como em Puebla, definiu uma opção de ação pastoral em favor dos pobres e oprimidos, seguindo o espírito dos evangélicos. Nenhum católico poderia, diante do espírito de Puebla, ficar insensível às situações de miséria e opressão a que estão subjugados milhões de trabalhadores e camponeses latino-americanos.

Privilegios imensos e crescentes vêm se acumulando em favor de uma minoria, em todo o continente, marginalizando do processo econômico, social, político e cultural milhões de camponeses e trabalhadores que, por isso, são obrigados a viver na miséria absoluta, enquanto verdadeiros marajás modernos se criam dentro dessas estruturas injustas, opressoras e elitistas.

Em El Salvador, as contradições são tão grandes que, o controle fundiário e da produção nacional, está na mão de 14 famílias privilegiadas, provocando um clima de saturação social e conseqüente rebeldia, em busca de justiça social.

Surgiu, diante de tal quadro, a figura de D. Oscar Romero que, a partir de 1.967, quando designado Secretário Geral da Conferência dos Bispos da América Central e Panamá, passou a denunciar com firmeza evangélica, os atos da repressão, institucionalizada a partir das ditaduras representativas das minorias dominantes, no continente.

Nomeado para a Sé Metropolitana de El Salvador em 1.977, D. Oscar Romero tornou-se a grande voz que se levantou contra a violência institucionalizada pelas estruturas vigentes, ao mesmo tempo em que condenava a violência dos grupos de extrema-direita e de extrema-esquerda.

Palavras de D. Romero: "Aqui em El Salvador não temos

padres guerrilheiros ou comunistas, não pregamos a revolução, não agimos com violência. Apenas demonstramos do púlpito que as estruturas sociais são injustas, que o sistema de violência já dura há quase meio século. A igreja em El Salvador não é insurrecional. A situação do País é que é insurrecional".

O mártir da maioria oprimida salvadorenha não ofereceu, em holocausto, a sua vida no calvário da Pátria em vão.

A causa do povo latino-americano é uma só, embora ofereça características específicas nas diversas parcelas do seu espaço geográfico. As elites, unidas umbilicalmente ao imperialismo econômico internacional, se fecham dentro de uma fachada de modernização material da qual não participa a grande maioria, pobre e oprimida.

Oxalá, o sacrifício de D. Romero venha a ser a semente da mostarda bíblica que, semeada em terreno fértil, possa produzir frutos ricos e abundantes, materializados na libertação do povo e no estabelecimento de um sistema democrático e de justiça social.

Criou-se uma indignação entre aqueles que estão engajados na luta pelos oprimidos e no Brasil temos exemplos vivos e dignificantes na Igreja, como D. Evaristo Arns, D. Helder Câmara, D. Adriano Hipólito, D. José Maria Pires, D. Pedro Casaldáliga, D. Tomás Balduino e outros.

A população do Paraná junta-se aos protestos de todo o mundo em nome dos sentimentos de fraternidade humana.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Marino Bueno Brandão Braga, solicitando a criação de Distrito Judiciário com jurisdição na área correspondente ao território do Distrito Administrativo de São Jorge, situado no Município de Altônia.

Esta solicitação se prende ao fato de haver na referida localidade mais de vinte mil habitantes, ocorrendo expressivo número de negócios na próspera região, indicada em projeto de lei - em tramitação nesta Casa - que tem por escopo a criação de novo município.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1.980.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Edson Machado de Souza, apelando para que o mesmo instale definitivamente o ensino de segundo grau nos Distritos de Farol e Piquirivaí, Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1.980.

(a) DARCY DEITOS.

#### JUSTIFICATIVA:

Em 19 de setembro de 1.979, requeremos e foi aprovado nesta Casa, solicitação no sentido de que fosse instalado definitivamente o ensino de segundo grau nos Distritos de Piquirivaí e de Farol, ambos pertencentes ao Município de Campo Mourão.

Haja visto que nem uma medida foi tomada com referência à nossa solicitação, e, que os alunos que cursam o primeiro grau naqueles distritos estão sem escola, dada a distância dos mesmos à sede do município, vimos solicitar devidas e imediatas providências para a solução do problema.

# REQUERIMENTO

Sr. Presidente

Requeiro, na forma regimental, dispensa de publicação da Redação Final para os Projetos de Lei nºs 149/79, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Miguel Couto; 150/79, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1.980.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

# REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO, digníssimo Presidente da República; ERNANI GALVÊAS, digníssimo Ministro da Fazenda; DELFIM NETO, digníssimo Ministro do Planejamento; OSWALDO ROBERTO COLIN, digníssimo Presidente do Banco do Brasil e BENEDICTO FONSECA MOREIRA, digníssimo Diretor da Carteira de Comércio Exterior, formulando-lhes veemente apelo no sentido de atendimento às reivindicações do setor madeireiro para que sejam sanados vários problemas surgidos com a política de embarço nas importações de matérias-primas e produtos do Paraguai, a saber:

1.º) Que as guias de importação de madeiras do Paraguai sejam desentranhadas nos portos das fronteiras, especialmente em Foz do Iguaçu.

2.º) Que as pautas de importação de laminados de cedro e imbuia do Paraguai sejam elevadas de US\$ 180,00/m<sup>3</sup> e US\$ 110,00/m<sup>3</sup> para US\$ 220,00/m<sup>3</sup> e 150,00/m<sup>3</sup>, respectivamente.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1.980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

## JUSTIFICATIVA:

Novamente voltamos a esta tribuna, para formular um veemente apelo ao bom senso das autoridades apontadas, no sentido do justo atendimento às reivindicações do setor madeireiro, em razão de graves problemas surgidos com a política de embarço nas importações de matérias-primas e produtos do Paraguai, cujas soluções, parciais estão contidas no corpo do presente requerimento.

As medidas ali expostas justificam-se plenamente consoante às razões já expendidas no pronunciamento feito por este Parlamentar, no dia 06 do corrente, cuja cópia segue em anexo.

# REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, sejam suspensas as sessões plenárias dos dias 31 de março e de abril para que nestes dias se realizem reuniões das Comissões.

Sala das Sessões, em 25 de março de 1.980.

(aa) ERONDY SILVÉRIO — Líder do PDS

RENATO BERNARDI — Líder do PMDB

DÁCIO LEONEL — Líder do PP

ADALBERTO DAROS — Líder do PTB.

# REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, transcrição na Ata dos trabalhos desta Casa, do artigo denominado "CARTAS" publicado no jornal "Folha de Londrina", em 25/3/80.

Outrossim, requer seja enviada cópia desse requerimento aos Srs. Secretário das Finanças e Recursos Humanos.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1.980.

(a) JOSÉ TAVARES.

## PROJETO DE RESOLUÇÃO:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Art. 73 do Regimento Interno, mantido o Parágrafo Único que lhe foi acrescido pela Resolução n.º 21/68, de 30/09/68, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 73 — As sessões ordinárias terão início às 14:30 horas e durarão, no máximo, 4:30 horas".

Art. 2.º — A duração do expediente das sessões ordinárias será de 2:30 horas, assim distribuídas:

a) - trinta (30) minutos para discussão e votação da Ata da sessão anterior, leitura do Expediente, dos Pareceres das Comissões, dos projetos, indicações e requerimentos que se acharem sobre a Mesa, os quais serão mandados publicar. Esgotado este prazo, a matéria não lida será despachada pelo 1.º Secretário e mandada publicar;

b) - trinta (30) minutos, no máximo, destinados aos oradores inscritos ou, na falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar assuntos de livre escolha, não podendo cada orador exceder o prazo improrrogável de cinco (05) minutos, proibidos os apartes;

c) - noventa (90) minutos, improrrogáveis, destinados às lideranças de bancadas partidárias e oradores inscritos ou, na falta destes, a Deputados que solicitarem a palavra para versar assunto de livre escolha.

I - os trinta (30) minutos iniciais serão ocupados segundo a ordem cronológica de inscrição ou de pedido para uso da palavra;

II - a hora final, dividida equitativamente, será atribuída aos líderes, cabendo uso inicial da palavra àquele que pertencer à mesma bancada do orador antecedente;

III - aos líderes de bancada é facultado delegar a liderados seus, o uso da palavra;

IV - ausente o líder, competirá ao mais idoso dos vice-líderes presentes, o uso da palavra ou a indicação de membro da bancada para fazê-lo;

V - à falta dos líderes e vice-líderes, ao mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que tratam os incisos anteriores.

Art. 3.º — Ficam revogadas a Resolução n.º 9/67, de 07/06/67 e a Resolução n.º 45/76, de 11/06/76.

Art. 4.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1.980.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ.

Apoio: Domício Scaramella, Renato Bernardi, Erondy Silvério, Adalberto Daros, Augusto Carneiro, Ezequias Losso, Tadeu Lúcio Machado, Pinto Dias, João Mansur, Airton Cordeiro, Edilson Alencar, Jurandir Messias, Dácio Leonel e Gabriel Manoel.

## PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 22/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

SÚMULA: Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Paraná".

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação Beneficente dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Paraná", no Município de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1.980.

(a) EGON PUDELL.

## JUSTIFICATIVA:

A "Associação Beneficente dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Paraná", foi fundada em 06 de novembro de 1.964, reconhecida de utilidade pública pela Lei Municipal nº 456/68, de 27 de maio de 1.968, e durante este período vem cumprindo fielmente as suas finalidades, de caráter social, cultural, educacional, artístico e cívico, e difundindo a cultura física e a prática dos desportos em geral.

A longa experiência da Associação tem sido altamente benéfica, o que leva o requerente pretender, respeitosamente, o seu reconhecimento por esta Casa.

Pela documentação anexa, verifica-se que a entidade preenche todos os requisitos legais exigidos para aquele fim, razão por que apresenta o presente plano de lei à apreciação dos nobres Pares, contando com o seu apoio para sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por diversas vezes já temos vindo à tribuna, e quase na maioria delas, para tecer críticas à política agrícola que nós vivemos, e temos trazido inclusive, números da situação sócio-econômica dos lavradores paranaenses, e uma das classes das faixas de proprietários que mais tem sofrido as consequências exatamente alguns aspectos negativos da política econômica no setor agrícola, são exatamente os pequenos e médios lavradores que têm, de alguns anos para cá, desaparecido do cenário de produção agrícola do nosso Estado.

Basta dizer que num trabalho elaborado pela própria Secretaria da Agricultura, do Secretário Reynold Stephanes, no final do ano passado, quando numa palestra na Escola Superior de Guerra no Rio de Janeiro, levando a situação sócio-econômica da agricultura do Paraná, colocou ele, baseado em levantamentos, em números do IBGE e do próprio INCRA, a diminuição de proprietários rurais do Estado do Paraná e que de 72 a 78, em apenas 6 anos, nós tivemos um decréscimo de pequenas propriedades em número de 104.000. Isso quer dizer, 104.000 pequenos proprietários no Paraná, deixaram de existir. Foram engolidos pelo vizinho ou por outros que compraram as suas propriedades.

Exatamente o que ocasionou e o que vem ocasionando, muitas vezes, essa venda discriminada de propriedade, principalmente da pequena, é exatamente a falta de assistência, a falta de estímulo ao pequeno produtor. E se levarmos em consideração ainda, o papel que o pequeno e médio produtores desempenham não somente no cenário agrícola paranaense, mas no Brasil, o proprietário hoje, com menos de 50 hectares, é responsável por mais de setenta por cento de toda a produção no setor de alimentação, como arroz, feijão, mandioca, trigo, soja, café, todo esse setor, o pequeno proprietário participa com mais de setenta por cento.

Portanto, prova que exatamente o grande desenvolvimento agrícola e a grande participação na produção agrícola está no pequeno e no médio produtor que, de uma certa forma, por falta de estímulo, como já disse, vem diminuindo em nosso Estado e agora, é de se louvar uma atitude do Governo do Estado do Paraná, e que estamos tomando conhecimento, através de notas do jornal, da criação do PRORURAL, que irá atingir um número bastante significativo, de mini produtores no nosso Estado. Exatamente com esse estímulo, com o auxílio técnico, dando condições a esses produtores, principalmente de eletrificação nas suas propriedades, de melhores estradas, de um amparo técnico, melhor comercialização, possibilidade inclusive de se organizar em cooperativa ou de se filiar em cooperativa, deixaremos de perder uma classe que há tanto tempo vem real-

mente colaborando com o desenvolvimento agrícola do Paraná.

Portanto, queremos nesse rápido registro que fazemos hoje na Assembléia Legislativa do Paraná, deixar o nosso aplauso principalmente ao Governo do Estado do Paraná, que, mais uma vez vem buscar soluções para que essa classe de pequenos proprietários do nosso Estado realmente tenha o estímulo que merece.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Werner Wanderer, segundo orador inscrito.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna nesta tarde é falar sobre o confisco da soja, e gostaríamos de fazer algumas considerações sobre isto. A agropecuária paranaense vem se ressentindo das medidas adotadas pelo Governo com relação à implantação do imposto de exportação incidente sobre diversos produtos, com a finalidade de amenizar os reflexos da desvalorização cambial.

Sendo o Paraná um Estado essencialmente agrícola, e cuja participação atinge índice extremamente significativos na economia nacional, preocupa-nos a permanência do imposto de exportação no produto soja. As condições de comercialização externa ficaram frustradas, pois mesmo com bons preços ocorridos em dezembro de 79 e janeiro de 80, nada foi comercializado pelas cooperativas paranaenses, já que deduzidas as despesas de exportação, o preço situava-se abaixo do próprio preço de aquisição do Governo Federal. A tendência da situação, caso persista o imposto de exportação, irá agravar-se ainda mais, principalmente pela elevada produção mundial do produto, que deverá ser de noventa e seis milhões, quinhentos e trinta mil toneladas, contra oitenta milhões, quatrocentos e sessenta mil toneladas produzidas na safra anterior.

Note-se que das 96.530.000 toneladas, 61.720.000 são dos Estados Unidos. Acrescente-se ainda, que em relação à safra anterior, teremos um aumento de vinte por cento na produção acarretando seríssimos transtornos na comercialização da oleaginosa. Quanto ao embargo dos Estados Unidos contra a União Soviética, na entrada da soja e seus derivados, acreditamos que tal fator não deva ser levado em consideração para a queda dos preços, já que o montante do produto é insignificante atingindo apenas 740.000 toneladas de soja grão, 30.000 toneladas de óleo, 400.000 toneladas de farelo, do total da safra americana, que analisando comparativamente com o aumento mundial da produção, torna-se insignificante.

Todas essas considerações nos levam a dizer que o Paraná e o Brasil estão perdendo os melhores preços do mercado, pela inviabilidade causada pelo imposto de exportação. Temos pelo pior, acúmulo de produção para ser comercializada em tempo curtíssimo, provocando sérios problemas de transportes, abarrotamento dos armazéns do Porto e até aviltamento do preço, pelo excesso a ser oferecido, pois começam a vencer os custos de produto - isto em maio de 80 -, e empréstimos do Governo Federal.

Quando comparamos a comercialização verificada nos dois primeiros meses do ano anterior, com a atual, notamos obstáculo de imposto de exportação. Só para os Senhores Deputados terem uma idéia, até o dia 28 de fevereiro de 1.979, entre vendas de mercado interno e externo, as cooperativas haviam negociado 583.331 toneladas, preço este a fixar e fixo. E até este ano, até janeiro de 1.980, apenas 207.029 toneladas foram vendidas, isso só no mercado interno e nada para o mercado externo. O imposto de exportação retira do produtor mais de Cr\$ 90,00 por saca de produto, o que não podemos conceber pois, atualmente o agricultor tem prejuízo de Cr\$ 41,08 por toda a saca de soja exportada, levando em consideração todos os custos de produção desde as despesas de comercialização da cooperativa ao porto, da lavoura à cooperativa e os gastos que têm com insumos e fertilizantes, que por sua

vez tiveram aumento superior ao índice inflacionário.

Convém observar, que este ano a safra paranaense será superior à safra anterior, portanto, as dificuldades de comercialização serão bem maiores. A necessidade de dólares para o País parece não interessar ao Governo que insiste em manter o imposto de exportação, tirando do produtor a opção da venda externa. A própria política de apoio prioritário ao setor agropecuário, parece estar relegada a segundo plano.

É preciso e imprescindível que o Governo retire imediatamente o imposto de exportação, sob pena de gerar para si mesmo inúmeros problemas, dentre os quais o próprio desestímulo ao produtor, com conseqüente queda na produção de nossas principais culturas motivada principalmente pela redução de área.

O produtor não pode ficar à mercê de uma política agrícola incerta que muda da noite para o dia. É preciso que o produtor conheça as regras do jogo com a devida antecedência para poder planejar e bem executar as suas atividades.

O Estado do Paraná sentirá na carne os problemas que serão gerados em breve, caso não seja retirado o imposto de exportação trazendo prejuízos incalculáveis ao Estado e à Nação. A retirada do imposto de exportação deve ser uma luta diária das entidades, dos políticos e do produtor que vem sentindo diretamente as dificuldades de comercialização do produto.

E, para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho diversos dados que me foram fornecidos pela OCEPAR, dados reais e que gostaria de anexar a este meu pronunciamento para registro, nesta Casa, na tarde de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Com a palavra o Sr. Deputado Valduga, terceiro orador inscrito.

O SR. VALDUGA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, como já o fora feito em ocasiões anteriores por Deputados desta Casa, para, por mais uma vez chamar a atenção das autoridades policiais em face da instituição de um tipo de crime no Norte do Paraná, que é o assalto aos caminhões de café. Está criando um verdadeiro pânico entre os transportadores de café, os assaltos quase que diários e permanentes a caminhões que se destinam aos portos.

A situação chegou a tal ponto que nenhuma companhia de seguros pretende assegurar este tipo de frete, porque efetivamente não há condições de um risco calculado.

Em pouco mais de um mês foi constatado, só em Londrina, assaltos da ordem de Cr\$ 13.000.000,00, o que faz com que os caminhões procurem evitar este tipo de transporte e faz também com que as seguradoras evitem assegurar. Não há mais segurança para o transporte de café no Norte do Paraná. Não vamos indagar aqui das causas desse violento desencadeamento da criminalidade. Isto devemos tratar em outra oportunidade.

Aqui, agora, pretendo tão somente apresentar a esta Casa um pedido para que Sua Excelência, o Sr. Secretário da Segurança Pública do Estado encontre uma fórmula eficiente, rápida e eficaz de permitir o escoamento da nossa produção cafeeira. Porque é realmente uma calamidade, é uma situação anormal e vergonhosa a de não haver segurança para o transporte de café.

Tenho certeza que Sua Excelência o Sr. Secretário da Segurança vai atender o apelo desta Casa e vai procurar encontrar uma fórmula de atender aos anseios deste tipo de trabalhadores.

Ainda hoje, na "Folha de Londrina", vimos em manchete, a negativa dos motoristas em transportarem café, em virtude da absoluta impossibilidade pela falta de segurança. As estradas estão tomadas por quadrilhas organizadas, que fazem sistematicamente o assalto aos caminhões. É impossível a situação

continuar desta forma. Daí porque fazemos este requerimento que será submetido a esta Casa.

Muito obrigado Senhores.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao Deputado Fiori Luiz, quarto orador inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Plante que o Governo garanta; plante que o Governo banca. Na verdade não é assim.

Vou acelerar a leitura porque o espaço nosso é muito curto.

A teorização ilude. A prática desnuda; coloca a realidade à luz do sol. O nosso pronunciamento de hoje, tem como tema o feijão. Feijão, alimento básico e tradicional do nosso povo, ontem privilégio de todos, hoje privilégio de poucas mesas.

Segundo levantamentos oficiais, a produção de feijão do Paraná é insuficiente para o abastecimento interno. Diante da falta do produto, o Governo estabeleceu um plano de financiamento, objetivando aumentar o plantio e, conseqüentemente, a própria produção.

O IAPAR de Londrina tem realizado diversas pesquisas sobre o assunto e a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná tem alertado sobre a inoportunidade do plantio do feijão das secas fora de época. A pesquisa recomenda o plantio até 15 de fevereiro, embora o ideal seja até 15 de janeiro. Segundo os técnicos, após 15 de janeiro é época marginal.

Ocorre que o plano para o Estado do Paraná saiu muito tarde, isto é, no dia 14 de fevereiro, o que implica no plantio fora de época. O pior é que não houve nenhum critério. Pois o mesmo plano estabelecido para a região Norte foi aplicado para o Sudoeste, onde sabemos que a condição climática é outra; notadamente nos meses de abril e maio.

Outro detalhe: o Governo determina que todo o proprietário de terra é obrigado a plantar cinco por cento de feijão. Pois bem, no Brasil não há semente de qualidade boa e financiamento de até Cr\$ 14.000,00 o alqueire não exige nada do produtor.

No Paraná foram financiados 150.000 hectares para a cultura do feijão. Será que todo este total será plantado? O dinheiro do financiamento não estaria sendo desviado? Como fiscalizar?

O PROAGRO financia cem por cento. Se houver quebra de produção, o PROAGRO garante.

Ora, tal medida além de tirar toda e qualquer responsabilidade do produtor, é muito simplista no entender do Governo. Afinal, este negócio de banca a quebra é muito relativo, pois, o dinheiro do Tesouro Nacional é do povo, é da comunidade. É muito cômodo dizer que o Governo garante. Mas o risco é de todos nós, pois o dinheiro mal aplicado fortalece a inflação.

Sabe-se que não existe feijão por importar no mercado externo. O feijão é típico de país subdesenvolvido, como o nosso. Daí a preocupação de um plantio fora de época. O Governo acha que se der uma produção de vinte e cinco por cento sobre o previsto, será uma boa média. E a quebra de setenta e cinco por cento?

A média de produção nas secas, a média histórica, é de 8 sacas por hectare. Dentro do plano de financiamento que envolve 150.000 hectares, na pior das hipóteses, o Paraná terá que produzir um milhão e duzentas mil sacas de feijão.

Diante de todos os problemas levantados pelos técnicos, será que teremos esta produção? A de 1.979 foi de 40.000 toneladas, aproximadamente, 670.000 sacas. Se der uma quebra expressiva e os técnicos estão alertando sobre esta possibilidade, o Governo vai alegar que o frio complicou, que a mosca branca atacou, que a semente é de baixa qualidade, etc. Mas a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná está avisando sobre isto. O Governo não poderá alegar ignorância. Os riscos de se plantar fora de época são grandes. As restrições técni-



cas com relação ao plantio do feijão das secas, após 15 de fevereiro, são as seguintes:

a) Frio e geadas nos meses de abril e maio. O feijão é tão sensível ao frio como o algodão.

b) Mosca branca, responsável pelo mosaico branco, hospede da soja. A soja está sendo colhida e o potencial biótico da mosca branca chega ao máximo no mês de março. O frio e a mosca branca são aspectos agrônômicos.

Mas existe um terceiro que é a não obrigação do uso tecnológico, de sementes de boa qualidade e insumos.

Diante desse quadro, é fácil prever os resultados. É muito simples criar uma imagem falsa quando se tem os meios de comunicação à disposição. A liberação de financiamentos é válida. Mas precisa obedecer certos critérios básicos. Este negócio de "plante que o João garante" é enganoso, ilusório e artificioso.

Precisamos de super produção, é preciso, mais do que nunca, dividir as responsabilidades. Não podemos esquecer do consumidor. Se houver uma quebra muito alta, o preço da saca dobra de preço. E o consumidor, como fica?

O feijão é artigo de luxo hoje. Fizemos um levantamento sobre os preços em uma pesquisa junto aos trabalhadores. Nos mercados de Londrina, por exemplo, o quilo de feijão rosinha custa trinta e sete por cento. O novo cinquenta por cento. O carioquinha 40 a 45. O chumbinho, 30. Numa família de cinco membros, casal mais três filhos, faixa C, gasta em média meio quilo por dia, comprando o produto na faixa de Cr\$ 30,00 o quilo, no final do mês o trabalhador terá um gasto de Cr\$... 500,00 só com a compra do feijão, alimento básico para o seu sustento.

Ouvimos mais de 100 pessoas entre donas de casa e trabalhadores, nas vilas de Londrina. Gente da faixa salarial baixa, cuja renda familiar não ultrapassa a seis mil por mês. Dos entrevistados, em número de 100, 56 reduziram pela metade a compra do feijão; 33 comem feijão, dia sim, dia não e os demais continuam comprando normalmente, embora com sacrifício. O quadro é real e doloroso. O grande produtor de feijão sempre foi o pequeno proprietário; mas o pequeno está vendendo a sua terra. A alternativa estaria no incentivo ao grande proprietário. Mas aí a dúvida. Apesar da obrigatoriedade da faixa de cinco por cento da área para esse fim, será que o fazendeiro vai mesmo plantar?

O financiamento para fins específicos está sendo aplicado e fiscalizado? O grupo Abdala, por exemplo, de Porecatu, terá que plantar um mil alqueires de feijão, dentro do percentual de área. Sabemos que o grupo Abdala entrou com um pedido no Banco do Brasil, solicitando financiamento de três milhões de cruzeiros. Não estamos prejulgando. Mas fica a pergunta. Como fiscalizar esta aplicação? Fala-se que a política agrícola do Governo é totalmente distorcida, errada. Nós não concordamos. A verdade, é que não se pode condenar o que não existe. O Governo não tem uma política agrícola. Simplesmente não tem. Então, não se pode dizer que ela é errada.

Encaminhamos à Mesa, Sr. Presidente, dois requerimentos, um voto de solidariedade ao trabalho desenvolvido pelo Jornal "Correio de Notícias" e outro endereçado ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. Afonso Lopes Trujillo, Presidente do CELAN, manifestando o profundo pesar do povo paranaense pelo brutal atentado que provocou a morte do Arcebispo de El Salvador, D. Oscar Arnulfo Romero, em mais um episódio de sofrimento do povo latino-americano, em sua luta de libertação. Assim como, expressando o repúdio de todo o Paraná por mais esta violência.

Obrigado, Sr. Presidente, nobres Deputados. —

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao quinto orador inscrito,

nobre Deputado Fidelcino Tolentino. (Pausa).

Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Leônidas Chaves.

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Comparecemos no dia de hoje a esta tribuna para, procurando atender ao que foi solicitado pelo Deputado Trajano Bastos de Oliveira, na última segunda-feira, procurar informar ao nobre Deputado, do que foi dito nesta Casa, na nossa ausência, infelizmente, sobre irregularidades que acontecem, no entender deste Parlamentar, no Colégio Arlindo Ribeiro, de Guarapuava.

Primeiramente, meu caro Deputado, tenho o prazer de vê-lo neste plenário. Gostaria de responder por parte o seu pronunciamento.

Primeiro, não é Escola Arlindo Ribeiro; e sim Colégio Agrícola Arlindo Ribeiro, de Guarapuava. Segundo, Vossa Excelência mencionou o fato de um aluno haver concluído aquele curso e não ter recebido o seu diploma, o seu certificado de conclusão de curso.

Digo a Vossa Excelência que este aluno recebeu o seu certificado de conclusão de curso. Primeiro, porque se matriculou numa faculdade, sem este certificado de conclusão de curso, não poderia este aluno ser assimilado pela Faculdade de Ponta Grossa, como disse Vossa Excelência. O que este aluno não recebeu, isto sim, foi o diploma de conclusão de curso, porque a lei que regulamenta a nova vida do Colégio Agrícola Arlindo Ribeiro, de Guarapuava, o Decreto só foi assinado pelo eminente Governador Ney Braga, em data de dezembro de 79.

Vossa Excelência diz mais: — que o aluno Hamilton Delane não recebeu esse certificado de conclusão de curso. Tenho em minhas mãos a prova documental, e farei chegar às suas, que exatamente, no dia 13 de setembro de 1977, esse aluno teve o seu certificado de conclusão de curso entregue pela diretora nas suas mãos.

Digo mais, esse aluno foi um bolsista daquele colégio e está, hoje, com o seu certificado devidamente registrado no CREA do Paraná.

Portanto, meu caro Deputado, Vossa Excelência que é guarapuavano como eu, que é um Parlamentar que está investido do segundo mandato, deixaria a Vossa Excelência, que prezo tanto, que é meu amigo de infância, um convite, para que nós dois juntos, daqui para frente, procurássemos trabalhar unidos por Guarapuava.

Tenho a certeza que Vossa Excelência, como um Deputado da Oposição, como um brilhante Deputado da Oposição, que tem a sua vida firmada no mandato anterior e neste mandato, serão muito bem recebidas as suas reivindicações, as reivindicações partidas de Vossa Excelência, do seu primo, que é o Prefeito de Guarapuava, e do seu conhecido, que é o Deputado Federal pelo Partido da Oposição, pelo PMDB, de Guarapuava, as suas reivindicações serão muito bem recebidas pelo eminente Governador Ney Braga.

Conclamo Vossa Excelência para que juntos, procuremos trabalhar por Guarapuava, procuremos trabalhar por uma cidade que há 15 anos está carente de um pulso firme, e de uma administração. Pois, entendo que Vossa Excelência está um pouco preocupado porque as últimas notícias dos jornais da Capital veicularam que seu primo, nosso amigo Cândido Pacheco Bastos viria integrar também ao Partido do Governador Ney Braga e do Presidente Figueiredo.

Quero, eminente Deputado, tranquilizá-lo e encaminharei todos os documentos, inclusive com a presença da diretora da Escola, que está aqui ao meu lado, encaminharei a Vossa Excelência para que Vossa Excelência possa assumir ou retomar a sua posição.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No Pequeno

Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado José Tavares, inscrito.

O SR. JOSÉ TAVARES — Declino, Sr. Presidente, em favor desse grande Deputado Trajano Bastos.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que o próximo orador inscrito seria mesmo o Deputado Trajano Bastos. Tendo Vossa Excelência declinado, concedo a palavra ao nobre Deputado Trajano Bastos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Solicitaria à Mesa a seguinte informação: se estamos no Pequeno Expediente, e se o nobre Deputado Trajano Bastos terá o tempo de 5 ou 10 minutos?

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado que o nobre Deputado terá o tempo de 5 minutos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Quero, inicialmente, congratular-me com o ilustre Deputado Leônidas Chaves, que, após um longo período de ausência, se faz presente, hoje, nesta Assembléia, honrando a este Poder e a todos os seus colegas que aqui têm assento, com a sua presença.

O assunto que ele levantou da tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi em atendimento às reclamações que me fez, em meu gabinete, o Sr. Marino Delane, que é pai de Hamilton Delane, figura discutida em meu pronunciamento.

E devo informar, ainda, que este cidadão, meu nobre, ilustre colega Deputado Leônidas Chaves, parece-me que é Vereador pelo PDS na Cidade de Ampère, ou suplente de Vereador e a denúncia que trouxe a esta tribuna, Sr. Deputado é que este aluno, até hoje, não recebeu o seu diploma de conclusão de técnico em administração rural da Universidade Estadual de Ponta Grossa e tanto isto é verdade, que também trago provas documentais, que farei passar às mãos de Vossa Excelência.

A Universidade forneceu-me a fotocópia do diploma, tanto é que o diploma está preso na Universidade de Ponta Grossa, por que razões desconheço, como disse em meu pronunciamento.

Então, foi muito bom que Vossa Excelência, tivesse atendido este apelo de aqui comparecer e em aqui comparecendo, trazer explicações, mas não poderá jamais Vossa Excelência tirar-me a razão da reclamação e da denúncia que fiz através desta tribuna.

Agora, se a Universidade de Ponta Grossa ainda não entregou este diploma, não sei porque, mas alguma coisa deve estar acontecendo e quanto ao temor que Vossa Excelência citou em seu pronunciamento, quanto ao ingresso do Prefeito de Guarapuava nas fileiras do PDS, devo dizer a Vossa Excelência, que o Prefeito de Guarapuava, Cândido Pacheco Bastos, tem como patrimônio maior da sua personalidade, a sua dignidade política, dignidade esta que faltou aos vereadores que, vergonhosamente aderiram ao Partido de Vossa Excelência, por razões ainda inexplicáveis.

Quanto à sua boa vontade em se propor para atender as reivindicações de Guarapuava, educadamente as dispensei, porque tenho ao meu dispor, uma tribuna livre; tem o Deputado Nivaldo Kueger uma tribuna livre e toda e qualquer reivindicação que o prefeito de Guarapuava tiver que fazer ao Governador do Estado, tem total liberdade e a personalidade suficiente para tratar diretamente com Sua Excelência.

Então, é bom que Vossa Excelência saiba, hoje Deputado Leônidas Chaves, quando disse em meu pronunciamento que Vossa Excelência era um "deputado fantasma" nesta Casa, não foi para agredir-lo pessoalmente e não entendo Vossa Excelência neste meu pronunciamento, qualquer falta de ética, porque se fosse esperar por Vossa Excelência nesse plenário,

jamais teria condições de dialogar com Vossa Excelência, porque Vossa Excelência realmente aqui não aparece.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que o tempo de Vossa Excelência está esgotado e lhe concede mais um minuto para conclusão.

O SR. TRAJANO BASTOS — Concluo, Sr. Presidente.

Então é isso, nobre Deputado Leônidas Chaves. Não entenda nesta minha assertiva, e isto é verdade e Vossa Excelência sabe e a Casa é testemunha do que eu disse e do que afirmo, mas foi muito bom até, porque como disse a princípio, hoje Vossa Excelência honra este Parlamento comparecendo e aqui debatendo assuntos que dizem interesse não só à nossa cidade mas a um cidadão que se vê cerceado de um direito, por razões que confesso e reconfesso que desconheço.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Deni Schwartz, inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há cerca de um ano, o País ganhava um novo Presidente e o Paraná particularmente estava eufórico, porque, a meta do Sr. Presidente era a prioridade na agricultura.

O Ministério da Agricultura que sempre foi um arquivo de líderes ultrapassados, passaria a ter importância no País, seria um super Ministério e nada melhor para um super Ministério, que o super Ministro que para lá se foi o Sr. Delfim Neto. Tão cuidadoso o Vice-Rei brasileiro Delfim Neto, que chegou a vir às margens do Iguaçu, numa custosa viagem apenas para cumprimentar um agricultor que a ele havia se dirigido.

No entusiasmo, a ACARPA, a nossa conhecida ACARPA, mandou até imprimir um folheto que tenho em mãos chamado Pacote Agrícola. Dizia então, nesse folheto o seguinte: o Brasil precisa produzir mais milho, feijão, arroz e outros produtos. Muitas vezes o brasileiro pagou caro pelo feijão importado, porque os agricultores não produziram em quantidade suficiente.

Diz também o folheto: é intenção do Governo financiar tudo que for plantado, não vai faltar dinheiro para financiamento de custeio. O Banco Central não tem limite de recurso para os agricultores brasileiros.

Tão cuidadosa foi a ACARPA, que incluiu no final do seu folheto inclusive os juros que seriam cobrados do agricultor, a partir deste célebre pacote de medidas agrícolas. Juros que iam de treze até trinta por cento, isso nos idos de 79. Foi tão cuidadosa a ACARPA e foi tão cuidadoso o Governo que também incluiu na tabela número um, os valores básicos de custeio. E nós temos aqui o algodão, o arroz sequeiro, o arroz irrigado, o feijão, a mandioca, o milho e até o prosaico, e tão decantado e tão falado nos últimos tempos, o girassol, que por sinal recebeu a menor cotação de VBC, o valor básico de custeio. Porque realmente o girassol, todos o conhecem, o trivial girassol, mereceu aqui pelos cálculos da ACARPA, Cr\$ 3.311,00. Foi cuidadosa a ACARPA no seu entusiasmo de que o Brasil passaria a ser, o Brasil das panelas cheias, o Brasil novamente verde, porque seria a agricultura a principal meta do Sr. Presidente.

Estamos comemorando o aniversário dessas intenções. Em que situação se encontra a agricultura de hoje, Srs. Deputados do Paraná? Maior produtor agrícola do Brasil. O café continua confiscado e desestimulado, importamos o produto e ainda o que consumimos, Srs. Deputados, e isto está no boletim de análise conjuntural do IPARDS, dos meses de janeiro e fevereiro, volume n.º 2, o seguinte: que as 750.000 sacas de café que estão estocadas, de baixo padrão, serão para o consumo interno. Continuamos consumindo e é o IPARDS que informa, o que está abaixo do padrão. Este é o nosso prosaico café. O milho cuja safra será excelente em nosso Estado conserva o preço mínimo de agosto de 1.979, para o Governo que aí está, a inflação de agosto até esta data, até a da—



data da comercialização não existiu. E a cotação de Cr\$ 187,00, por saca, preço mínimo não foi corrigido, e portanto, o agricultor poderia exigir quando vai comprar um quilo de açúcar que esse não custasse Cr\$ 13,00 o quilo e sim, os antigos oito cruzeiros do mês de agosto.

E o feijão? O feijão passou de produto importante da mesa do trabalhador brasileiro, para o símbolo da incompetência governamental. Seu plantio incentivado fora de época, e altamente condenado pelos técnicos paranaenses, demonstra a completa desorientação do nosso Governo. Seria cômico, não fosse trágico. Pois agora, Srs. Deputados, e esta Casa deve estar alertada para isto: os gerentes dos bancos estão sendo alertados que sobre eles cairá a ira do Sr. Delfim Neto se não for fiscalizado rigorosamente aqueles que pegaram trinta, quarenta, cinquenta mil cruzeiros para plantar feijão para o PROAGRO comer.

Já estão alertados os senhores gerentes e eu conversei com um deles, que serão punidos rigorosamente os colonos que dinheiro pegaram, mas que por ventura não venham a colher. O Sr. Trajano Bastos — Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento do orador). Inicialmente devo me parabenizar com Vossa Excelência pelo brilhante pronunciamento que faz hoje nesta Casa. E Vossa Excelência entra a fundo num problema que vem preocupando esta Nação, desde há muito.

Vossa Excelência acaba de relatar que os bancos têm a orientação direta, a determinação direta do Sr. Ministro da Fazenda para fiscalizar o pequeno plantador de feijão na aplicação dos recursos oriundos do crédito agrícola.

Agora, eu perguntaria ilustre Deputado Deni Schwartz: e os grandes empresários que fazem projetos agrícolas frios e levantam dos órgãos oficiais milhões e milhões de cruzeiros e desviam esses recursos para outros fins especulativos. Será que o Sr. Ministro também determinou aos banqueiros para que fiscalizem esta irregularidade que é do conhecimento da Nação? Fica a pergunta no ar. Agradeço o aparte de Vossa Excelência. O SR. DENI SCHWARTZ — Esta pergunta, Sr. Deputado, se soma a que faria e que aqui está escrito, perguntando ao ilustre Sr. Ministro da Fazenda, "Todo Poderoso", porque, perdão Ministro do Planejamento, porque até hoje os homens do adubo-papel não foram punidos? Os homens que cobriram o Rio Grande do Sul com dez centímetros de calcário não foram detectados? Provavelmente porque estão tomando "wisky" juntamente com esses que grandes investimentos pegaram, grandes financiamentos pegaram para a compra de terra no Mato Grosso para a construção de hotéis em Foz do Iguaçu ou enfim, para outros fins, menos o de encher a panela do povo.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento do orador). — É verdade que o Banco do Brasil vai fiscalizar o pequeno colono, o pequeno produtor, aquele que tem uma guia de financiamento liberada de trinta, quarenta, cinquenta ou até sessenta mil cruzeiros. Mas eu quero ver uma fiscalização rigorosa em cima do grupo Atalla, que um pedido de financiamento está no Banco do Brasil, de Porecatu, de três bilhões de cruzeiros. Gostaria de ver se o grupo Atalla na verdade irá plantar feijão nos mil alqueires determinados, pelo percentual de área, 5%.

Porque já recebeu bilhões e bilhões de financiamentos para o plantio da cana, dinheiro desviado, para construir filiais nos Estados Unidos, para que os irmãos Atalla comprassem fazendas.

A fiscalização é o problema, nobre Deputado. Não há fiscalização. E com relação à corrupção dos homens de casaca, neste País, isto aqui não adianta mais nem tocar, já virou um lodo podre, sujo e vergonhoso neste País. Mas, a verdade, é que o grande tem tudo. Agora, o pequenininho fica debaixo de uma fiscalização rígida dos órgãos governamentais.

O SR. DENI SCHWARTZ — E a pecuária, Srs. Deputados? Aí está o drama da feira dos bezerros. Se encerrou o financia-

mento para a pecuária e ninguém está protestando. E os Senhores sabem porque ninguém protesta? Porque o pecuarista é normalmente um homem já feito na vida. E se formou um novo clube neste País, o clube dos pecuaristas. Quem está dentro, não sai; e quem está fora, não entra. Com isso, não haverão novos pecuaristas no País. A oferta será menor do que a procura e o preço da carne que vai chegar nas mãos do operário será cada vez mais alto. Da soja, outros Deputados brilhantes já ocuparam esta tribuna para falar dos seus confiscos, dos seus impostos, enfim, de tudo o que já se falou.

Os juros de agiotagem do Banco Central? Conheço pessoalmente um cidadão que respondeu um processo porque emprestou dinheiro a três por cento ao mês. Mas os agiotas banqueiros deste País não respondem a processo algum, emprestando até para a agricultura a juros de 39%, oficalizado por este Governo que aí está.

Agora, Srs. Deputados, novamente estamos às voltas com a hoje já afamada e maldita prioridade dada ao instrutor agrícola. Deus estava em mau momento quando criou esta prioridade. Porque depois que a prioridade apareceu, a nossa agricultura decresceu.

Srs. Deputados, desta vez, no entanto, acreditamos que as consequências serão mais graves. Elas não se limitarão apenas à passeatas de tratores, ceifadeiras etc. Porque desta vez, já não é mais o "bóia-fria" que será o reclamante. Será o médico, porque já chegou a vez do médico produtor. E isto se diz e se faz em relação ao trigo.

A incompetência agora se alia à mais deslavada corrupção. Vejam Srs. Deputados, o que diz o ilustre Vice-Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, Dr. Paulo César Furiatti, em entrevista ao jornal "O Paraná", de Cascavel, como o Ministro Delfim Neto assumiu o compromisso de comprar trigo em outros países, hoje nós estamos sofrendo as consequências desta atitude.

Esta afirmação é altamente grave. Mas é grave e ao mesmo tempo nos parece correta e certa; porque o Sr. Delfim Neto está a acabar com a triticultura em nosso País e, em especial, a deste Estado, que é um Estado escravo desta Nação. É um Estado em que vozes não se levantam. Os gaúchos já levantaram suas vozes não apenas nas tribunas das Assembléias, mas com ações positivas. Os matogrossenses também já levantaram e já começaram a protestar. No Paraná ficamos nos discursos, nos discursos, nos discursos...

Srs. Deputados, o Governo fixou o preço mínimo do trigo em Cr\$ 710,00. Enquanto conforme dados fornecidos a esta Casa pelo eminente Deputado Lázaro Dumont, em um trabalho muito bem feito pela Central de Cooperativas do Sul do Brasil, o preço deveria ser Cr\$ 858,95. Se a meta do Sr. Delfim Neto era acabar com a triticultura, ele foi muito feliz no seu intento. Pois não há mais condições, no Paraná, de se plantar trigo e, em especial, na minha região.

No Sudoeste do Paraná, por exemplo, a maior produtividade foi conseguida no Município de Realeza, onde se conseguiu 753 quilos por hectare. Todos sabemos que nos últimos dois anos, as condições foram péssimas. Mas o Governo não levou em conta isto. 753 quilos por hectare foi a maior produtividade conseguida na minha região. Este agricultor que conseguiu isto, este triticultor, receberá Cr\$ 5.589,60 para custeio. É a Central de Cooperativas do Sul do Brasil que informa, que para um plantio correto, inclusive o uso de fungicidas, há necessidade de Cr\$ 11.654,97 ou sem fungicidas, Cr\$ 9.986,21. Alia-se a isso, Srs. Deputados, que o PROAGRO somente cobrirá 80% desse valor. E eu fico a perguntar: — Quem no sudoeste do Paraná poderá plantar trigo? O Sudoeste do Paraná que já foi o maior produtor de trigo do Estado. No fim da década de 50 e início de 60. Com produtividades que passavam dos mil quilos por hectare. Com toda tecnologia dos 16 anos de ditadura militar, o que nós conseguimos? Reduzir essa produtividade, pa-

ra a ordem de 500 quilos por hectare.

Srs. Deputados, e as conseqüências do fim da triticultura no nosso Estado? Citaria algumas: — Ociosidade das terras e máquinas. O Governo estimulou a agricultura para o binômio soja-trigo. As terras foram destocadas e corrigidas; armazéns foram construídos, máquinas adquiridas, tudo com financiamento e incentivo do Governo. Fica a pergunta: — Como pagar tais financiamentos se agora além dos confiscos e da bi-tributação da soja, o Governo inviabiliza a cultura do outro produto do binômio.

O desemprego — O mesmo Governo que se diz preocupa com o desemprego, esquece que a triticultura também emprega milhares de cidadãos que sem ela irão engrossar a já fabulosa soma de "bóias-frias".

A insolvência dessas cooperativas. O Governo demorando maliciosamente, desonestamente, corruptamente, em fixar o preço mínimo e os valores básicos do custeio, foi conivente com as multinacionais, das quais eles são os representantes. Multinacionais, que lotaram os armazéns das cooperativas e dos particulares, com insumos que seriam destinados ao plantio do trigo.

Que fazer com bilhões de cruzeiros, que hoje são estocados em insumos? Fica a pergunta novamente. Como pagar tais insumos que não serão utilizados. Que fazer dos armazéns e silos dimensionados para o binômio soja e trigo que ficarão ociosos? E novamente a pergunta: — Como pagar os financiamentos de tais empreendimentos?

**O Sr. Lineu Turra** — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).**

Deputado Deni Schwartz, apenas para registrar a minha região, também é uma região essencialmente agrícola. E na verdade, o que nós constatamos é que os grandes pecuaristas, os grandes produtores, os magnatas têm todas as facilidades para conseguir crédito junto ao Banco do Brasil. E nós temos sentido na nossa região que os pequenos agricultores, aquela pequena agricultura de sobrevivência, e a agricultura que nos últimos tempos tem sofrido neste País e que foi o sustentáculo da economia brasileira em setenta por cento, praticamente, registrados em tempos passados, hoje em total desaparecimento, esses pequenos agricultores têm uma dificuldade enorme para conseguir seus créditos junto ao Banco do Brasil.

Eu queria fazer este registro para dar o meu testemunho de como está sendo tratado o nosso agricultor, junto aos organismos oficiais de crédito, principalmente o Banco do Brasil, responsável pela sustentação da economia. E dos financiamentos agrícolas. Era esse o aparte.

E para dizer, infelizmente, nós como representantes do povo, por mais que tenhamos protestado nesse País, as palavras de nada têm adiantando. Vossa Excelência mesmo ontem disse que tudo que nós estamos dizendo ultimamente, era praticamente uma inutilidade, porque o Governo tem ouvidos fechados para o que dizemos e os olhos vendados para as necessidades do povo. De forma que veja Vossa Excelência até nos problemas políticos de nada têm valido o grito dos homens que fazem política neste País, quando o Governo, de tudo ele trata com desdém. Ele não respeita os interesses da Nação. Ele não atende os clamores do povo. Ele renega tudo e faz tudo ao sabor das suas conveniências, ao sabor dos grupos econômicos que o cercam e como bem disse Vossa Excelência, que o rodeiam, até possivelmente nas rodas de "whisky" e noitadas de bacanaís.

**O Sr. Fidelcino Tolentino** — Gostaria de receber de Vossa Excelência um aparte.

**O Sr. Deni Schwartz** — Concedo um aparte ao nobre Deputado Gilberto Carvalho.

**O Sr. Gilberto Carvalho** — Gostaria, nobre Deputado, neste aparte, gostaria muito de poder contestar tudo que Vossa Excelência está dizendo, mas, lamentavelmente, sou obrigado a concordar com o seu pronunciamento.

É um absurdo o que nós estamos assistindo.

Apesar do esforço do Secretário da Agricultura do Paraná, que, confesso a Vossa Excelência que não esperava, quando assumiu essa Secretaria, a sua disposição de trabalho; o esforço do Governador Ney Braga em prol da agricultura.

Mas, parece que vai tudo por terra, quando a gente vê medidas do Governo Federal, que deixam a gente quase que desacreditando de tudo.

Essa do feijão parece até uma piada.

Plantar feijão no mês de fevereiro, quando o financiamento do trigo, que deveria ter saído antes, demorou tanto, esse financiamento de custeio.

Falamos em fixar o homem no campo, que fica muito mais barato para o Governo, mantê-lo no campo, dar-lhe a assistência necessária, do que deixá-lo vir para os grandes centros, inchar as cidades e gastar somas fabulosas, não tendo uma solução.

Fala-se em eletrificação rural.

No ano passado, consegui preparar alguns projetos de vários municípios meus, estes projetos estão todos prontos, na COPEL. Mas, há uma determinação da ELETROBRÁS, para que se aguarde, não podem ser encaminhados à ELETROBRÁS, porque não foi autorizado ainda. E esses agricultores estão esperando a sua eletrificação rural.

Falamos muito nos "trusts".

Mas, já estão-se criando também, no Brasil, os trusts das cooperativas. O cooperado não tem o direito de escolher onde pertencer. À área de ação, reúne-se um grupo de cooperativas e determina-se a área de ação de um município, sem dar satisfação a ninguém.

E quando o cooperado grita, dizem que o problema é político.

Estou enfrentando um problema destes, nobre Deputado, e espero ter uma solução.

Se o problema é político, vamos lutar politicamente para que os tecnocratas procurem compreender um pouco mais. Quando se fazem impressos fabulosos, com brochuras, encadernados, e, por incrível que pareça, as revistas mais bonitas que nós temos, referem-se à agricultura.

Quando a gente pega um encadernado é da agricultura.

É muito mais bem preparado. Poderia se reservar um pouco desse dinheiro para levar diretamente ao centro de produção e atender àqueles agricultores.

Concordo e cumprimento Vossa Excelência e é preciso que todos nós levantemos a voz para que, quando o Ministério da Agricultura for tomar uma medida, que mande esses técnicos virem à base, ao interior, e sentir mais de perto, para tomar medidas justas, e não acontecer o que vem acontecendo ultimamente.

**O SR. DENI SCHWARTZ** — Antes de passar o aparte ao Deputado Jurandir Messias, e Deputado Fidelcino Tolentino e Kirinus, gostaria, a título de resposta ao Deputado que me apartou, caríssimo companheiro Gilberto Carvalho, dizer que realmente este Paraná sofre uma verdadeira perseguição por parte do Governo Federal.

E tenho em mãos dados que comprovam isso, e estão exatamente inseridos neste meu pronunciamento.

E este fato eu reputo da maior importância, e gostaria da atenção dos Senhores.

Todos foram contra a fixação para os valores de custeio, valores básicos de custeio de uso da produtividade, da utilização da produtividade nos últimos anos.

Temos documentos que comprovam que as autoridades do setor, eram contra.

Mas, o Governo não levou isso em conta, e adotou esse sistema para o custeio.

E nós vemos absurdos de municípios que distam, um do outro, cinco quilômetros, com a mesma topografia. O mesmo clima, terem índices de produtividade completamente diferen-

tes. Realeza, fica a cinco quilômetros de Santa Isabel e tem a mesma topografia. Enquanto Realeza que teve a maior produtividade do sudoeste, segundo os dados do Banco do Brasil, 753 quilos por hectare, o seu vizinho teve 561 quilos por hectare. Isso demonstra que é irresponsável esse critério. Mas, mais irresponsável e aí Senhores Deputados a denúncia que faço desta tribuna, baseado em documentos do próprio Governo. É o seguinte: mais uma vez o Paraná foi passado para trás pelo Rio Grande do Sul e está aqui: enquanto a média de produtividade do Rio Grande do Sul — e isto está no Banco do Brasil —, foi considerado 858 quilos por hectare, a do Paraná foi considerada um pouco maior, 910 quilos por hectare, mas o Jornal do BRDE que é insuspeito, demonstra nesse seu número o seguinte, na sua página 5: que o trigo no Paraná, em 1978 deu uma produtividade de 1.050 quilos por hectare e em 1979 atingimos o recorde brasileiro com toda a seca, Srs. Deputados, atingimos 1.050 quilos por hectare.

Os dados são oficiais, do Banco oficial, dos três Estados do Sul, enquanto isto para o Rio Grande do Sul, o que diz a revista do BRDE? Diz o seguinte:

"A ocorrência de fenômenos meteorológicos explicam o mal desempenho, o que provocou a redução da safra do trigo — lá no Rio Grande do Sul — que embora com área plantada de 77% maior, registrou um resultado apenas de um milhão de toneladas, uma produtividade de 547 quilos por hectare, contra 1.210 quilos por hectare em 78. Matematicamente, Srs. Deputados, dos dois últimos anos, a média paranaense, nos últimos anos foi de 1.325 quilos por hectare, e a média gaúcha de 878 quilos por hectare, e agora, na hora de sair o dinheiro, o Paraná é novamente passado para trás, porque vejam, Srs. Deputados, está no Banco do Brasil, a produtividade média para efeito de custeio do Rio Grande do Sul, é de 858 e a do Paraná, apenas de 910.

Novamente as autoridades paranaenses, devem tomar na mão o comando da política paranaense. Vamos romper com esse Governo podre que está aí e eu conclamo da tribuna, Srs. Deputados, e está aqui escrito, eu não estou conclamando no calor de um discurso, eu escrevi.

Estou pedindo que o Sr. Ney Braga volte a ser o Ney Braga de 1960, quando empunhou a bandeira anti-corrupção tirando o Sr. Moysés Lupion do Palácio do Iguaçu, que o Sr. Ney Braga volte a ser aquele Líder que foi em 1963, quando empunhou a bandeira dos cafeicultores do Brasil em uma memorável reunião de Marília, empunhava todo o comando da política cafeeira paranaense.

Que o Sr. Ney Braga assuma o comando de uma frente única deste Estado, que coloque o Sr. Jayme Canet, o Sr. Richa, que coloque o Sr. Alencar Furtado, o Sr. Leo de Almeida Neves, Sr. Leite Chaves, o Sr. Affonso de Camargo Neto, que chame o Lázaro Dumont, que chame o Sr. Mário Stadler de Souza, as Confederações do Comércio, da Indústria, que chame enfim, todas as autoridades e saiamos todos nós, saiamos para o interior, a boicotar esse governo podre que está lá em cima. Vamos acabar com o Sr. Delfin Neto, aonde se produz, que é aqui neste Estado.

Por isso, Srs. Deputados, nós escrevemos isso para que não se dissesse ser no ardor de um discurso. Estamos pedindo uma frente única, vamos reunir e a bandeira está na mão do Sr. Governador. Vamos reunir todas as oposições e vamos em grupo, para o interior, boicotar esse Governo, esse Governo que não quer saber do Paraná, a não ser para produzirmos cada vez mais.

O Sr. Jurandir Messias — Permite-me um aparte?

O SR. DENI SCHWARTZ —

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa lembra o Deputado que se encontra na tribuna, que o tempo de Vossa Excelência está esgotado, e a Mesa lhe concede um minuto para conclusão do seu pronunciamento.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para não romper a ordem, eu havia anotado o pedido de aparte do Deputado Jurandir Messias e outros. Vou pedir perdão por não poder fazê-lo em função do aviso da Mesa e pediria permissão para terminar o meu pronunciamento.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Eu só quero congratular-me Deputado Deni, porque exatamente o que Vossa Excelência está pedindo da tribuna eu fiz há dois dias atrás, e vejo que é o pensamento do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pessoalmente, Srs. Deputados, acho que nós paranaenses deveríamos não mais plantar, deveríamos fazer piquetes em frente dos bancos, não mais pagar contas, não seremos caloteiros, não. Governos inteiros como o do Irã estão fazendo isso a nível internacional, e aqui já foi sugerido isso pelo Deputado Fidelcino. Deveríamos mostrar que este Estado tem dono, que nós paranaenses vindos de todo o Brasil, resolvemos dar um paradeiro e não seremos mais tratados como a quinta comarca. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

A Mesa lembra aos Srs. Deputados que no dia de amanhã, quinta-feira e de sexta-feira, será realizado nesse Poder Legislativo, o III Seminário Paranaense de Desenvolvimento. O programa do dia de amanhã, às 9:30 horas — Desenvolvimento e Renda Real; às 15:30, Desenvolvimento e Alimentos. Na sexta-feira: às 9:30 — Desenvolvimento e Setor Público e às 15:30 horas, Desenvolvimento e Setor Privado.

Sobre a mesa...

O SR. NESTOR BAPTISTA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, regimentalmente gostaria de solicitar à Presidência a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere e procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Responderam à chamada 44 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, e diversos outros Srs. Deputados, constante do expediente. Está devidamente apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Líderes Erondy Silvério, Dácio Leonel, Renato Bernardi e Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando suspensão das sessões plenárias dos dias 31 de março à 3 de abril, para trabalho das Comissões. Em votação. — Aprovado.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao nobre Deputado que não depende de discussão, porque trata-se de um requerimento que está em fase de votação e não cabe encaminhamento de votação.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, seria muito pedir para repetir?

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa atende ao nobre Deputado. (Lê novamente o requerimento dos Srs. Líderes).

O SR. MÁRIO CELSO — Só deixo, Sr. Presidente, um registro em ata, que conste nos Anais da Casa o meu voto contrá-

rio e o meu protesto inclusive, porque esta é uma Casa do Povo, um Parlamento que deve estar sempre trabalhando. Os pedreiros trabalham, os metalúrgicos trabalham, os médicos trabalham...

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado que este Parlamento continua trabalhando nas Comissões, como consta do referido requerimento. Em votação o requerimento.

O SR. MÁRIO CELSO — Só deixo então o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento. -- **Aprovado.** — Já foi anotado o voto contrário do nobre Deputado.

O SR. MÁRIO CELSO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 151/79, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que declara de utilidade pública a "APMI — Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", com sede no Distrito de Cafelândia do Oeste, Município de Cascavel, Pr. Parecer Favorável da C.C.J., com Substitutivo Geral, por unanimidade. — **Aprovado, pelo Substitutivo.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 156/79, de autoria do Deputado RENATO BUENO, que declara de utilidade pública a "Associação de Viajantes do Oeste do Paraná — AVOPAR", com sede e foro no Município de Cascavel. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 184/79, de autoria do Deputado LINEU TURRA, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Corbélia - APMI", com sede e foro no Município de Corbélia. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de profundo pesar pelo falecimento de Dom Oscar Arnulfo Romero, Arcebispo de El Salvador, assim como expressando o repúdio de todo o Paraná por mais esta violência. — Em discussão.

O SR. FIORI LUIZ — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa lamenta informar ao nobre Deputado, mas para este tipo de requerimento não existe encaminhamento de votação.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Fiori Luiz. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final para os Projetos de Lei nºs 149 e 150/79. Em discussão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando sejam encaminhados ofícios aos Srs. Secretários da Justiça e da Segurança, no sentido da criação de uma Delegacia Especial em Londrina, para o combate direto aos contrabandistas e ladrões de cargas de café e outros produtos, com a sua discussão encerrada. — Em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, apenas para que fique registrado nos Anais da Casa, a nossa posição, não contrária ao pedido do nobre Deputado Del Ciel, mas apenas uma posição esclarecedora.

Porque o eminente Deputado Del Ciel pede que seja criada uma Delegacia Especial, na cidade de Londrina, para combater os marginais e os contrabandistas. Mas entendemos que em Londrina, existe a divisão de Polícia Federal, do Depar-

tamento de Polícia Federal, que tem competência exclusiva ou privativa para reprimir ou prevenir crimes de contrabando. É de competência privativa da Polícia Federal, para combater esse tipo de delito, no caso, o contrabando.

E para combater os marginais, é uma afirmação muito generalizada, existe lá, a Décima Sub-Divisão Policial, que é composta de um delegado chefe; um delegado adjunto e quatro delegados de distritos.

Portanto, estranho que o nobre Deputado Del Ciel venha fazer este tipo de indicação, ou de pedido, através desta Casa, porque no meu entendimento, ele desconhece a existência desses organismos policiais em Londrina. Porque, caso contrário, o nobre Deputado estaria simplesmente ignorando que em Londrina existe instituição policial.

Para combater os marginais, existe a Polícia Civil do Paraná, e para combater os contrabandistas, existe a Polícia Federal. Logo, Sr. Presidente, quero que Vossa Excelência determine ao Departamento competente, a nossa posição contrária a este pedido, porque não entendemos que seja um pedido pertinente.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador). O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Secretários da Educação e da Agricultura, pedindo providências no sentido de que o Colégio Agrícola "Arlindo Ribeiro", em Guarapuava, emita com urgência os certificados de conclusão de curso dos anos de 1975 e 1976, com sua discussão encerrada. Em votação. — **Aprovado.**

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Deferido.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento subscrito pelo Deputado Trajano Bastos, queiram levantar-se. (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

19 Srs. Deputados aprovam. 20 Srs. Deputados rejeitam. Rejeitado.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, gostaria que Vossa Excelência, porque acredito que os nobres companheiros de Parlamento tenham votado contra este requerimento, por desconhecer o teor do ofício que requeiro ao Sr. Secretário da Educação, se Vossa Excelência, por gentileza, — é matéria vencida, eu sei, mas que determinasse a leitura deste ofício que está anexo ao meu requerimento, para que chegue ao conhecimento da ilustre bancada do PDS, nesta Casa, que eu acredito não tenha conhecido bem o teor deste ofício.

Se Vossa Excelência quiser conceder esta liberalidade, eu requeiro a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa considera matéria vencida. Entretanto, dado o apelo do nobre Deputado, solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda a leitura do requerimento, considerando matéria já vencida.

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — (Pela ordem) Sr. Presidente, meu caro Deputado Trajano Bastos. Acho que o assunto já está exaurido. Acho que procuramos...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, o Deputado não levantou questão de ordem com fundamento regimental...

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deu uma deferência ao Deputado Trajano Bastos, já com matéria vencida, e dá deferência também ao nobre Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Por liberalidade, não regimental.

O SR. PRESIDENTE — Por liberalidade da Mesa.

O SR. LEONIDAS CHAVES — Muito obrigado, Sr. Presidente, procurarei ser sucinto.

Meu caro Deputado Trajano Bastos. Tenho a impressão que o assunto, nesta Casa, já está exaurido. Vossa Excelência levantou o problema com referência à nossa cidade de Guarapuava. Isso me preocupou porque sou um Deputado que representa também, como Vossa Excelência, aquela comunidade.

Gostaria que — já fiz o meu pronunciamento, já trouxe documentos, já dialoguei com Vossa Excelência, depois que ocupou esta tribuna, tenho a impressão que o assunto já não tem mais razão de ser.

Já disse a Vossa Excelência, que o que Vossa Excelência argumentou não é verdade. Já lhe mostrei o certificado de conclusão de curso deste aluno, que estava em minhas mãos. Já lhe mostrei, Deputado, então porque tumultuar a nossa Guarapuava e a Assembléia Legislativa do Paraná, com um assunto de pequena importância, um assunto que já está resolvido?

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa solicita ao Sr. Secretário a leitura do requerimento enviado ao Sr. Secretário, atendendo solicitação do Deputado Trajano Bastos.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura.

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente aos Excelentíssimos Secretários da Educação e da Agricultura, pedindo providências no sentido de que o Colégio Agrícola “Arlindo Ribeiro”, em Guarapuava, emita com urgência, os certificados de conclusão de curso dos anos de 1975 e 1976.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1980.

(a) TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Chegou ao nosso conhecimento, de que alunos que concluíram seus cursos no mencionado colégio, em 1975 e 1976, ainda não receberam seus certificados de conclusão.

Há o caso de um aluno que concluiu o Curso de Administração Agrícola em Ponta Grossa, em 1979, e que até a presente data não recebeu o certificado de conclusão do Colégio Agrícola “Arlindo Ribeiro”.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja inserido na Ata dos trabalhos, voto de solidariedade à emenda apresentada pelo Deputado Federal Ítalo Conti, ao Projeto de Lei nº 751, com a sua discussão encerrada. — Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, para que eu possa votar, não sei do que trata este projeto e nem poderia dar apoio a uma coisa que eu esteja ignorando. Gostaria de saber do que se trata.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Lê o requerimento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para encaminhar a votação)  
O requerimento, preliminarmente, terá o meu apoio. Agora, o que estamos assistindo neste País, é uma grande falta de respeito a todas as leis vigentes neste País, e principalmente pelos governantes. Governo Federal, Ministério da Indústria e Comércio, SUSEPE, e essa plêiade de organismos que se criaram no curso desta chamada “Revolução”, foi apenas no meu modo de ver, fonte de gerar empregos, tanto criticada no passado, e que não adiantará coisa nenhuma, fazer apelo para pagamento de seguro de tantas pessoas, e me refiro principalmente às vítimas de acidentes e às vítimas de outros tipos de morte existentes no País.

Não é isso que ocorre nos Estados Unidos, na Alemanha,

na França, porque morre a pessoa e imediatamente a companhia seguradora vem e dá o respaldo e pagamento daquele prêmio ou daquela indenização.

Aqui no Brasil tudo se violenta e aqui fica o meu protesto, porque freqüentemente em gabinetes dos Srs. Deputados, sejam eles estaduais ou federais e até senadores, há um número incalculável de pessoas buscando gestões de negócios, deste tipo, junto às Companhias de Seguros e a SUSEPE, um organismo criado para fiscalização dessas companhias, é a primeira a ser conivente com atrasos de pagamentos.

Quem sabe, Sr. Presidente, não esteja aí um risco de imaginarmos até a má fé da própria SUSEPE. Temos, no longo dos anos, principalmente dos últimos treze anos, na militância profissional, percebido que há conivência, senão direta, pelo menos indireta, e aqui fica o meu protesto, embora esteja de acordo com o requerimento, mas penso que não é só chover no molhado, como também não vai resolver esta questão.

Isto é uma questão de crise de autoridade no País, é uma crise de Governo, é uma crise de homens, de moralidade, de decência e de costumes políticos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento do Sr. Deputado Fuad Nacli. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão encerrada, solicitando sejam enviados telex aos Srs. Ministro da Fazenda e da Agricultura, Presidente do Banco do Brasil, no sentido da imediata liberação dos financiamentos de custeio à suinocultura. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, apelando para que inclua no projeto da nova Organização e Divisão Judiciária do Estado, as comarcas de Nova Aurora e Céu Azul. — Em votação.

O SR. LINEU TURRA — Para encaminhar, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, o requerimento que está em encaminhamento de votação, trata da criação da Comarca de Nova Aurora, e nós queremos registrar aqui, na oportunidade, que já encaminhamos matéria idêntica ao Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando a criação da Comarca de Nova Aurora.

Estranhemos que, logo dias após, venha um Deputado que há treze anos faz política naquela região, especialmente em Nova Aurora, e não tenha se lembrado de pedir a criação da Comarca, como aconteceu também na Comarca de Corbélia.

Quando solicitamos também a criação da Comarca de Corbélia, que conseguimos a inclusão na Organização Judiciária, vem o mesmo Deputado pedir a criação da Comarca de Corbélia.

Agora, solicitamos a criação da Comarca de Nova Aurora.

Dias após, o Deputado que faz política lá, há treze anos, e nós que recentemente fomos lá e verificamos a necessidade da criação da Comarca de Nova Aurora, fizemos a solicitação.

Quer dizer então, esse Deputado está caminhando no rastro dos seus Colegas, está fazendo política em cima da política dos seus Colegas.

Acho que vou votar favorável ao requerimento, mas ele está chovendo no molhado, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento.

O SR. LINEU TURRA — Pela ordem, Sr. Presidente, solicito de Vossa Excelência a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento subscrito pelo nobre Deputado Fuad Nacli, queiram levantar-se (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados. (É procedida a chamada nominal).

Responderam a chamada 28 Srs. Deputados. Não há "quorum" para votação, mas sim para prosseguimento da sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados ofícios aos Srs. Secretário de Estado do Interior, Presidente da COPEL e Presidente da SANEPAR, solicitando dessas autoridades providências imediatas, através dos órgãos e departamentos competentes, da instalação de rede de distribuição de água, energia elétrica e iluminação pública, na localidade de Rincão São Francisco, no Município de Foz do Iguaçu. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Município de União da Vitória, pela passagem, no próximo dia 27, dos seus 90 anos de emancipação política. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação, no sentido de que seja instalado o ensino de segundo grau, nos Distritos de Farol e Piquirivai, Município de Campo Mourão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o encaminhamento de ofício ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, no sentido da criação do Distrito Judiciário de São Jorge, no Município de Altônia. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade ao jornal "Correio de Notícias", pela coragem e independência com que vem conduzindo o trabalho jornalístico. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados ofícios aos Srs. Presidente da República, Ministro do Planejamento, Presidente do Banco do Brasil e Diretor da CACEX, formulando apelo no sentido de atendimento às reivindicações do setor madeireiro para que sejam sanados vários problemas surgidos com a política de embarço nas importações de matérias primas e produtos do Paraguai. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do artigo denominado "Cartas", publicado no jornal "Folha de Londrina", em 25/03/80. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando voto de aplauso ao Dr. Cleverson Marinho Teixeira, Superintendente do INPS, no Paraná. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ruben Valduga, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado, no sentido de coibir a prática de roubo de café em nosso Estado. — Em discussão.

O SR. JOSÉ TAVARES — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Adia-se, na forma regimental.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário

da Educação, encarecendo a criação de colégios estaduais nos Distritos de Marechal Cândido Rondon. — Em discussão.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para discutir, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nosso requerimento prende-se ao assunto de suma importância para a população do Estado paranaense, como também do povo brasileiro.

Como Deputados, somos assediados no sentido de concedermos bolsas de estudos. E a ditadura habilmente criou este expediente para o Deputado, que se torna, com o correr do tempo, realmente algo muito nefasto e pesado.

Embora tenhamos leis, embora tenhamos na Constituição Brasileira e na Constituição Estadual do Estado do Paraná, re visão do ensino gratuito e obrigatório, temos por um lado as escolas particulares reclamando pela taxaço, pelas tabelas baixas que não permitem que remunerem os professores de acordo com a dignidade do serviço que prestam e temos, por outro lado, a carência de colégios estaduais.

Esta a situação principalmente de Marechal Cândido Rondon, onde, se valendo da iniciativa daquele povo, de origem européia, alemães, italianos, que sempre zelaram e se preocuparam em dar educação aos seus filhos, sempre neste País, desde que emigraram da Europa, tomaram a iniciativa de fundar escolas, de proporcionarem este elemento vital para o desenvolvimento da pessoa humana, e para que não dizer, de uma Nação.

Talvez, dada a iniciativa e predisposição daquela população em tomar a iniciativa e construir escolas particulares, o Governo tenha cruzado os braços.

Eis porque, em Marechal Cândido Rondon, temos apenas dois colégios estaduais, na sede, e nenhum no interior. O que não acontece em municípios bem menores do Norte do Paraná.

Nós viemos hoje com este requerimento, fundamentando o nosso pedido na lei, tanto na Constituição, como na Lei de número 4024, de 20 de dezembro de 1961, que em seu artigo primeiro diz: "a educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade, nos ideais de solidariedade humana, tem por fim a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos grupos que compõem a comunidade.

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. GERNOTE KIRINUS — O respeito à dignidade, às liberdades fundamentais do homem, fortalecimento da unidade nacional, da solidariedade internacional, desenvolvimento integral da pessoa humana e sua participação na obra do bem comum, o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio do recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio, e digase de passagem, que nenhum conhecimento científico, tecnológico é patrimônio privado, e sim, é patrimônio da comunidade, da humanidade.

A preservação e expansão do patrimônio cultural, a vulneração a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica ou religiosa, bem como quaisquer preconceitos de classe —, acredito aqui de classe social, econômica ou de raça.

Isto diz a lei, isto está no papel.

Recebemos há poucos dias, Sr. Presidente, Srs. Deputados quase que maior que a Bíblia, um livro: "Coletânea da Legislação Estadual do Ensino", tudo isto o papel aceita. No entanto, na prática, muito pouco...

O Sr. José Tavares — Maior no tamanho, Vossa Excelência quis dizer?

O SR. GERNOTE KIRINUS — Maior no tamanho. Agradeço



Curitiba, quarta, 26/03/80.

pela correção.

No entanto, o que nós queremos, é ação. Porque enfermo aquela que pensa corretamente mas age na prática de forma diferente. É tratado como paranóico, como neurótico. E nesse aspecto realmente os nossos governos e governantes são verdadeiros paranóicos.

O Sr. Renato Bernardi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Eu, neste aparte, vejo Vossa Excelência citar a Lei 4024, e hoje já praticamente revogada e absorvida pela Lei 5692, que estabeleceu a reforma do ensino de primeiro e segundo graus; que estabeleceu as normas do terceiro grau e praticamente eliminou as diretrizes e bases da educação nacional, preconizadas pela Lei 4024. Mas, veja Vossa Excelência, que na abordagem deste assunto, está tratando de um tema de alta relevância para a sociedade brasileira.

Quero mesmo crer, Deputado Kirinus, que o modelo educacional brasileiro deve ser contestado, deve ser questionado e, acima de tudo, devem ser denunciadas uma série de manobras mas que não estão vindo apenas nos dias de hoje, não.

Mesmo as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, configuradas e materializadas na Lei 4024, e que foi finalmente aprovada em dezembro de 1961, sofreu um parto doloroso no Congresso Nacional, mesmo sob a vigência da Constituição Liberal de 46, de cerca de 19 anos; depois da reforma Capanema em 43. Mostrando claramente que a elite dominante desejava, isto sim, um modelo educacional, destinado à domesticação da mão-de-obra. que seria preparada dentro deste modelo educacional, para servir aos interesses desta elite; para servir aos interesses dessa burguesia, que claro precisava de uma mão-de-obra preparada o mais depressa possível, dentro dos padrões mais econômicos possíveis, para que atingisse esse objetivo. E, posteriormente, depois de tanta discussão, implantada uma sistemática nova no País, a partir do Golpe Militar de 31 de março de 64.

Tudo isto acabou se afunilando na Lei 5692, que descaracteriza completamente o primeiro grau. Que tanto nos seus dois núcleos: no primeiro núcleo que corresponderia ao primário, como no segundo, que corresponderia ao primeiro ciclo, da Lei 4024.

E então, no antigo Segundo Ciclo, da Lei 4024, ou no segundo grau, profissionalizante da Lei 5692, então nós estamos vendo e assistindo verdadeiros absurdos neste País. E paralelamente a tudo isto, o poder público vai se retirando do setor e vai incentivando e estimulando, uma verdadeira máfia, vergonhosa, asquerosa e grotesca, de uma indústria da educação.

Veja Vossa Excelência, como proliferam essas indústrias educacionais, absolutamente leigas, sem qualquer conteúdo filosófico, sem qualquer conteúdo transcendental, a não ser a lei da mais valia e do maior lucro.

De forma que o monopólio particular de ensino, criando grandes organizações, efetivamente para explorar a classe trabalhadora, para explorar a classe média, torna hoje insustentável a situação das famílias de classe média e classe "C" neste País. E, criando também uma figura centralizadora, que são essas equipes que formalizam o material didático, através de apostilas, inclusive vilipendiando a mão-de-obra especializada do magistério.

Porque, aqui em Curitiba, em São Paulo, nas grandes cidades onde existe o monopólio do ensino, aqui no Paraná, inclusive incluindo entre seus sócios um ex-Governador de Estado, fazendo com que apenas dez ou doze professores estabeleçam os parâmetros básicos do programa educacional, estabelecendo os "tapes", estabelecendo as apostilas e contrariando fundamentalmente a Lei 5692, hoje nós assistimos, tanto aqui como em qualquer lugar do Brasil, cenas onde, um que seria professor, mas na realidade é mero repetidor e anima-

dor de auditório, com uma apostila dessas indústrias na mão, com um alto-falante, com microfone e alto-falante na sala de aula, dando aulas, aqui em Curitiba, até para 800 alunos.

E, onde estão as autoridades educacionais do Paraná? O Sr. Edson Machado de Souza, um frustrado diante da fama e da glória de ser entendedor da educação, criado pelo Sr. Ney Braga, está aí, assistindo passivamente a tudo isto, quando a lei não admite mais que 42 alunos em sala de aula.

Mas, aqui em Curitiba, existem turmas de até 800 alunos.

Onde estão as normas de pedagogia, onde estão as normas didáticas para o atendimento pessoal do professor em relação a alunos carentes, a alunos que têm dificuldades em algum ponto da matéria que a disciplina impõe para aquela programação?

Então, muito mais do que professor, este cidadão precisa, isto sim, ser um animador de um programa de auditório, para manter a disciplina de uma sala, de 400, 500, 700 e até 800 alunos aqui em Curitiba.

Em São Paulo, o OBJETIVO tem amplos anfiteatros, com turmas de até 1.200 alunos.

É esta a situação a que nos relegou a Lei 5692, e principalmente, o engajamento do sistema de poder do Brasil, com esta burguesia interessada exatamente em criar a figura hodierna do ensino pago, e a marginalizar ainda mais as classes trabalhadoras do processo de promoção cultural, de promoção educacional e, acima de tudo, do princípio básico da educação, que será fornecer ao cidadão os meios hábeis para que ele possa se integrar à sociedade, da qual ele deve fazer parte e deve ser responsável pela sua promoção.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Nobre Deputado, agradeço o seu aparte, inclusive é Vossa Excelência uma autoridade em assuntos de matéria educacional.

Hoje estou aqui, desta tribuna, também iria referir-me mais adiante, sobre a Lei 5692.

No entanto, apenas estou aqui nesta tribuna para, com certo júbilo, anunciar que, em reunião de escolas da CNC, de Marechal Cândido Rondon, um Vereador do PMDB, Sr. Décio Greife, entrou com um requerimento neste mesmo sentido, pedindo ao Estado que assuma a responsabilidade do compromisso para com a escola pública.

E nessas reuniões, foi acatada e aplaudida, com júbilo, pela população local, a idéia de que já não distribuíamos mais bolsas, mas nos engajáramos na luta pelo ensino gratuito e extensivo a toda população; meta a que se propuseram todas as leis, meta a que se propuseram todas as reformas de ensino que houveram, já, neste País. Aliás, muitas houveram. Nenhuma delas negou realmente a ser posta em prática, em sua cabal totalidade.

Por isso, estamos aqui, hoje, com este requerimento, abordando este aspecto. E tenho certeza que Vossa Excelência o fará com muito mais brilho, em outra oportunidade.

Mas, limito-me então, apenas a registrar este fato: vejam como as coisas foram mudando aos poucos...

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GERNOTE KIRINUS — Logo em seguida. Primeiro, se faz uma lei, se revoga esta, em parte, se cria outra, e mais e mais leis, como já dizia, temos aqui uma coletânea de legislação e talvez nos arquivos das Casas Legislativas já teremos subterrâneos repletos de leis que foram arquivadas.

Mas, o que interessa àquela população do interior, é realmente a prática; o que interessa é que o Governo não fuja à responsabilidade; não transfira essa responsabilidade sobre os colégios particulares ou sobre a própria população, que é um compromisso inclusive previsto em lei, onde se lê que a educação é direito de todos, e será dada no lar, na escola, que o direito à educação é assegurado pela obrigação do poder público e pela liberdade e iniciativa particular. Essa é a questão que haveremos de abordar hoje.

Veja então as mudanças que houveram. A CNC — Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, já se chamou, em outros tempos, CNG — Campanha Nacional de Escolas Gratuitas. Assim como lembra nesta metamorfose constante se transformou em INCRA encravado, assim a CNG transforma-se em CNC.

Não resta dúvida que grandes serviços tenham prestado mas, diga-se de passagem, sempre às custas do povo e ajudando o Estado a se esquivar desta importante e fundamental tarefa e missão que tem com o povo, e principalmente para com a lei e, como legisladores, temos o direito de cobrar isto.

Agora, voltando um pouco ainda, e logo em seguida concederei o aparte. Ao contexto de Marechal Cândido Rondon: porque nesses municípios de faixa de fronteira, tanto proliferou a escola particular, as escolas da rede CNC. Muito fácil, porque careciam de prédio próprio, utilizavam-se muitas vezes do apoio do poder público municipal e como estavam atrelados ao poder público municipal, os deputados, os políticos do famigerado comando, podiam dispor dos diretores e dos professores como bem entendessem.

Esta foi uma experiência própria que eu, antes de vir aqui, vivi lá no Município de Marechal Cândido Rondon, onde vi fechadas e tolhidas as portas de todas as escolas, mesmo as particulares, por razões obscuras, por razões simplesmente de politicagem.

É esse outro grande mal que traz a escola particular. E hoje a população clamando pela estatização do ensino em Marechal Cândido Rondon, como também devia ser feito em todo o Paraná, para oferecer maior oportunidade à população e para que o Governo realmente atenda o seu compromisso para com a lei e principalmente para com o povo.

Concedo o aparte.

**O Sr. Darcy Deitos** — Nobre Deputado Gernote Kirinus, quero cumprimentá-lo pelo assunto que traz a esta tribuna, assunto sem dúvida alguma, de grande relevância, principalmente aqui no Estado do Paraná, porque quer nos parecer que o ensino, dentro do Estado do Paraná, é o reflexo da filosofia implantada no Governo Federal, que é o de ensinar o que o povo sabe e tomar até o que ele não tem, porque, passados ontem, exatamente 30 dias do início das aulas, não existe nenhuma escola de quinta a oitava séries do segundo grau, funcionando regularmente no Estado do Paraná, e que faz esta denúncia, eminente Deputado, é o Presidente da Associação dos Professores do Paraná, Isaias Igliari, porque até agora as Inspeções de Ensino não concluíram o trabalho de remanejamento de professores e eu, particularmente, queria dizer, lá da minha região de Campo Mourão e especificamente de Campo Mourão, aonde chega-se ao absurdo de professores de Educação Física terem que estar lecionando matérias de técnicas comerciais, técnicas agrícolas e até ciências, porque até agora a Secretaria da Educação não deu orientação devida, não deu os parâmetros para que o ensino funcione regularmente nesse Estado. Já se vai mais de um mês em que seria obrigatoriedade do Governo dar o ensino para o seu povo, e até agora não vemos que a balbúrdia impera no Estado do Paraná, que tem à testa o Sr. Edson Machado, como Secretário da Educação nesse Estado.

E ainda hoje encaminho e encaminharei um requerimento a esta Casa, para que fosse instalado nos Distritos de Campo Mourão, Farol e Piquirivaí, o ensino de segundo grau. Campo Mourão, um município que tem mais de 32 anos, até hoje ainda, então, somente em um de seus distritos funciona o ensino de segundo grau dado pelo Governo, ou melhor que seja, escola pública estadual.

Mas isso, Deputado Gernote Kirinus, é o reflexo de um sistema educacional implantado neste País, onde na grande maioria das cidades, na grande maioria das regiões, o inspetor de ensino estadual, tanto de primeiro como de segundo graus,

poderá ser feito um levantamento para verificar a veracidade do que iremos dizer, na grande maioria dos casos, esses inspetores de ensino têm o melhor colégio de ensino pago na sua cidade. E especificamente lá em Campo Mourão, também tem o inspetor de ensino estadual, possui o melhor colégio pago da cidade de Campo Mourão.

Eu agradeço o aparte que Vossa Excelência me concedeu.

**O SR. GERNOTE KIRINUS** — Quem agradece sou eu, nobre Deputado. Vossa Excelência traz mais um aspecto desta grande preocupação, que é a educação.

No entanto, não podemos esgotar, desta tribuna, que há pouco estava vazia, e não podemos esperar que todos se façam presentes para se empenhar nessa luta pelo ensino gratuito. Gostaria de, então, para encerrar, Sr. Presidente, nobres Deputados, dizer que já não darei mais bolsa de estudo; ofereço, inclusive, as minhas bolsas de estudos para os Deputados que quiserem, porque eu, já confessei diante dos meus correligionários, que terei de lutar pelo ensino gratuito.

E, ao dar bolsa de estudo, estarei me contradizendo, porque estarei neste momento alimentando o ensino pago, porque essas bolsas são carregadas para escolas particulares. De nada me adianta satisfazer vinte ou doze pessoas, quando o compromisso é com todo o povo brasileiro é com toda a Nação. E o Governo que não colocar a educação do seu povo em plano prioritário, colabora com atraso social deste mesmo povo.

O Governo que se omite é negligente, o Governo que transfere esses encargos torna-se irresponsável. Pior do que tudo isto, é um Governo irresponsável porque transfere o repressor, porque reprime o ensino particular que reprime e impede que todos tenham, desta forma, o alcance aos conhecimentos. Porque a cultura é patrimônio de toda humanidade, a cultura não é patrimônio de toda humanidade; a cultura não é patrimônio particular nem privado. E assim então, Sr. Presidente, coloco esse meu termo de compromisso e convido a todos os Parlamentares que realmente se preocupem com este aspecto, a votarem favoravelmente ao nosso requerimento, para que possamos, então, de hoje em diante, embainhar esta bandeira em conjunto.

Obrigado, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE** — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em discussão o requerimento do Sr. Deputado Gernote Kirinus. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor do DER, encarecendo a conclusão da retificação de traçado entre a sede do Município de Capitão Leônidas Marques ao Distrito de Boa Vista de Aparecida. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo informações quanto ao Posto de Saúde da localidade de Luz Marina, Município de Toledo. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Renato Bernardi e Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, encarecendo o arquivamento e o fim dos procedimentos jurídicos que culminaram no enquadramento de sete estudantes do Estado de Santa Catarina, na Lei de Segurança Nacional. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos às Associações Nacional e Paranaense do Ministério Público, pela realização do Simpósio sobre Violência e Criminalidade. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egôn Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, encarecendo a instalação de uma filial do referido Banco na cidade de Vera Cruz do Oeste.

O SR. RENATO BERNARDI — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Pela ordem, concedo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, dado o panorama do plenário, eu tenho a impressão de que não há número para continuidade da sessão. Pelo visual, se percebe que não há necessidade nem de chamada nominal . . .

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, pela ordem. Eu não requeri chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — Para verificação de "quorum", nobre Deputado, somente através de chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

11 Srs. Deputados responderam a chamada. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para o dia 07 de abril, segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 149 e 150/79.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 185, 187 e 188/79.

Levanta-se a sessão.